

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM

### EDUCATION INCLUSION IN REGULAR SCHOOLS: CHALLENGES, PEDAGOGICAL PRACTICES AND TEACHER EDUCATION TO ENSURE THE RIGHT TO LEARNING

 <https://doi.org/10.63330/sasciencessv6n2-093>

Submetido em: 16/07/2026 e Publicado em: 24/07/2026

SAS: e26314

**Joyce de Oliveira Batista**

Mestranda Profissional em Educação Inclusiva  
UNIFESP

E-mail: Joyce.batista.unifesp.15@gmail.com

#### Resumo

A educação inclusiva consolidou-se como um dos principais paradigmas da educação contemporânea ao defender o direito de todos os estudantes à aprendizagem em ambientes escolares comuns, respeitando as diferenças e promovendo a equidade. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras na efetivação da educação inclusiva, enfatizando a importância das práticas pedagógicas e da formação docente para a garantia do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A investigação fundamenta-se em produções científicas nacionais e internacionais, bem como na legislação educacional brasileira que orienta as políticas públicas de inclusão. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, persistem obstáculos relacionados à formação inicial e continuada dos professores, às barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, à insuficiência de recursos didáticos acessíveis e à necessidade de fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, práticas pedagógicas colaborativas e formação docente permanente, possibilitando que a diversidade seja compreendida como elemento constitutivo do processo educativo e não como obstáculo à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado; Direito à Educação; Educação Inclusiva; Formação Docente; Práticas Pedagógicas.



## Abstract

Inclusive education has become one of the main paradigms of contemporary education by advocating every student's right to learn in regular school settings while respecting diversity and promoting equity. This study is a qualitative bibliographic research aimed at analyzing the challenges faced by Brazilian schools in implementing inclusive education, emphasizing the importance of pedagogical practices and teacher education in ensuring the right to learning for students who are the target audience of Special Education. The investigation is based on national and international scientific literature as well as on Brazilian educational legislation that guides inclusive public policies. The findings indicate that, despite significant legal advances achieved over recent decades, important challenges remain regarding initial and continuing teacher education, attitudinal, architectural and pedagogical barriers, the limited availability of accessible teaching resources and the strengthening of Specialized Educational Services. It is concluded that building an effectively inclusive school requires the articulation of public policies, school management, collaborative pedagogical practices and continuous teacher education, enabling diversity to be recognized as an essential component of the educational process rather than as an obstacle to learning.

**Keywords:** Inclusive Education; Pedagogical Practices; Right to Education; Specialized Educational Services; Teacher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a educação inclusiva se consolidou, como um dos principais paradigmas das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se na compreensão de que a educação constitui um direito humano universal e deve ser garantida a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais, culturais ou econômicas. Essa perspectiva rompe com modelos historicamente excludentes, que segregavam estudantes considerados diferentes, e propõe a reorganização dos sistemas educacionais para que sejam capazes de acolher a diversidade humana como característica inerente aos processos de ensino e aprendizagem.

Tal construção de paradigma resulta de importantes transformações sociais, políticas e legais ocorridas em âmbito internacional e nacional. Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) estabeleceram novos referenciais para a garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes com deficiência nos sistemas regulares de ensino.

No contexto educacional brasileiro, esses princípios foram incorporados por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), da Política



Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Base Nacional Comum Curricular (2018), fortalecendo o compromisso do Estado com uma educação pública, democrática e inclusiva.

A consolidação da educação inclusiva, entretanto ultrapassa o cumprimento dos marcos legais, uma vez que garantir matrícula na escola regular representa apenas o primeiro passo de um processo muito mais complexo, envolvendo assegurar condições efetivas para que todos os estudantes aprendam, participem das atividades escolares e desenvolvam plenamente suas potencialidades. Nesse contexto, torna-se indispensável compreender que inclusão não significa apenas inserir estudantes com deficiência nas escolas comuns, mas promover mudanças estruturais, curriculares, metodológicas e atitudinais capazes de eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e a participação.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar exige uma profunda transformação na cultura das instituições educacionais, uma vez que não é o estudante que deve adaptar-se à escola, mas a escola que deve reorganizar-se para responder às necessidades de todos. Essa mudança pressupõe abandonar práticas homogêneas de ensino e reconhecer que a diversidade constitui elemento essencial do processo educativo. Dessa forma, a aprendizagem passa a ser compreendida como resultado da interação entre sujeitos com diferentes histórias, capacidades, ritmos e formas de aprender.

Sob essa perspectiva, a teoria histórico-cultural de Vygotsky contribui significativamente para a compreensão da educação inclusiva ao defender que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais. Para o autor, as limitações decorrentes de uma deficiência não determinam, por si mesmas, o desenvolvimento do indivíduo; ao contrário, as oportunidades oferecidas pelo ambiente social e educacional exercem papel decisivo na construção do conhecimento. Assim, práticas pedagógicas mediadas, colaborativas e contextualizadas tornam-se fundamentais para potencializar o desenvolvimento de todos os estudantes.

Paulo Freire (1996) por sua vez, enfatiza que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, diálogo, ética e compromisso com a transformação social. Embora suas reflexões não tenham sido elaboradas especificamente para a educação especial, seus pressupostos oferecem importantes contribuições para a construção de práticas inclusivas ao defender uma educação humanizadora, democrática e comprometida com a valorização das diferenças. Nesse sentido, a inclusão escolar aproxima-se da concepção freireana de educação ao reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, protagonista de sua própria aprendizagem.

Outro aspecto indispensável para a efetivação da educação inclusiva refere-se à formação docente, sendo que diversos estudos evidenciam que muitos professores ainda se sentem inseguros diante das demandas apresentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente em relação às adaptações curriculares, às metodologias inclusivas, às tecnologias assistivas e aos processos avaliativos.



Essa realidade demonstra que a simples existência de legislação inclusiva não garante sua concretização, sendo necessária uma política permanente de formação inicial e continuada que favoreça o desenvolvimento de competências pedagógicas voltadas à diversidade.

Além da formação docente, a construção de uma escola inclusiva depende da atuação articulada entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores escolares, famílias e demais serviços de apoio. O trabalho colaborativo favorece a identificação das necessidades educacionais dos estudantes, o planejamento de estratégias pedagógicas acessíveis e a construção de ambientes escolares que respeitem as diferenças individuais sem comprometer os objetivos educacionais comuns.

Apesar dos avanços observados nas políticas públicas brasileiras, diversos desafios ainda permanecem presentes nas escolas. Entre eles destacam-se a insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, a inadequação de espaços físicos, a resistência de alguns profissionais, a escassez de formação especializada, as dificuldades de articulação entre o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado e a persistência de concepções capacitistas que ainda influenciam práticas escolares. Tais fatores evidenciam que a inclusão escolar constitui um processo permanente de transformação institucional, exigindo investimentos contínuos em políticas públicas e na valorização dos profissionais da educação.

Diante desse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais fatores favorecem ou dificultam a efetivação da educação inclusiva nas escolas regulares brasileiras e de que forma as práticas pedagógicas e a formação docente podem contribuir para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial?

O objetivo geral consiste em analisar os principais desafios e possibilidades para a consolidação da educação inclusiva nas escolas regulares, considerando o papel das práticas pedagógicas e da formação docente na garantia do direito à aprendizagem. Como objetivos específicos, busca-se: discutir os fundamentos teóricos e legais da educação inclusiva; compreender a importância da formação inicial e continuada dos professores; analisar práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial; e refletir sobre estratégias capazes de fortalecer a construção de uma escola democrática, acessível e comprometida com a equidade.

A realização deste estudo justifica-se pela crescente necessidade de produzir reflexões que contribuam para o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas, especialmente diante dos desafios vivenciados pelas escolas brasileiras na implementação das políticas públicas voltadas à diversidade. Espera-se que as discussões aqui apresentadas possam colaborar para ampliar o debate acadêmico sobre educação inclusiva, subsidiar práticas pedagógicas mais acessíveis e fortalecer a formação de profissionais comprometidos com a construção de uma educação que reconheça as diferenças como elemento constitutivo da aprendizagem e da cidadania.



## 2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-analítica. A pesquisa bibliográfica possibilita a análise crítica da produção científica existente acerca da educação inclusiva, permitindo compreender os avanços, desafios e perspectivas relacionados à efetivação das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações, possibilitando ao pesquisador aprofundar o conhecimento sobre determinado fenômeno e produzir novas interpretações a partir do diálogo entre diferentes referenciais teóricos.

A abordagem qualitativa foi escolhida por privilegiar a compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade, buscando interpretar significados, relações e processos que permeiam a construção da educação inclusiva. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite compreender aspectos da realidade que não podem ser reduzidos a dados numéricos, valorizando os contextos sociais, históricos e culturais nos quais os fenômenos se desenvolvem.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo o Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Portal de Periódicos da CAPES e documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação e por organismos internacionais, como a UNESCO. Foram selecionadas produções clássicas e contemporâneas relacionadas à educação inclusiva, formação docente, práticas pedagógicas inclusivas, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e políticas públicas educacionais.

Os critérios de inclusão contemplaram publicações em língua portuguesa, prioritariamente produzidas entre 2015 e 2025, sem desconsiderar obras clássicas que constituem referência obrigatória para o campo da Educação Inclusiva, como os estudos de Vygotsky, Paulo Freire, Maria Teresa Eglér Mantoan e Romeu Kazumi Sassaki. Também foram analisados documentos legais que estruturam a política educacional brasileira, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular.

A análise dos dados ocorreu por meio da leitura crítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar convergências, divergências e contribuições dos diferentes autores para a compreensão da educação inclusiva enquanto política pública, prática pedagógica e direito humano fundamental. As informações foram organizadas em eixos temáticos, permitindo a construção de uma discussão articulada entre os fundamentos teóricos, os dispositivos legais e os desafios observados no cotidiano escolar.



### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva representa uma das mais importantes conquistas sociais das últimas décadas ao reconhecer que todas as pessoas possuem direito à educação em condições de igualdade, participação e aprendizagem. Essa compreensão desloca o foco das limitações individuais para as barreiras existentes nos contextos escolares, atribuindo às instituições educacionais a responsabilidade de reorganizar suas práticas para atender à diversidade dos estudantes.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão e segregação que limitaram seu acesso à educação formal. Durante muitos anos, predominou um modelo assistencialista e médico, no qual a deficiência era compreendida como problema exclusivamente individual, justificando a existência de instituições especializadas e o afastamento desses estudantes das escolas comuns. A partir da segunda metade do século XX, entretanto, movimentos sociais e organismos internacionais passaram a defender uma concepção baseada nos direitos humanos, reconhecendo que a exclusão decorre, principalmente, das barreiras impostas pela sociedade.

Nesse contexto, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) tornou-se um marco internacional ao afirmar que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, construir sociedades acolhedoras e promover educação para todos. A partir desse documento, diversos países passaram a revisar suas políticas públicas, fortalecendo o direito à escolarização em ambientes inclusivos.

No Brasil, esse movimento foi consolidado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirmou que a Educação Especial constitui modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino, devendo ocorrer, preferencialmente, na rede regular.

Para Mantoan (2015), a inclusão escolar representa uma mudança paradigmática que rompe definitivamente com a lógica da integração. Enquanto a integração pressupunha que o estudante deveria adaptar-se à escola, a inclusão exige que a escola transforme sua organização pedagógica para responder às necessidades de todos os alunos. Essa mudança implica rever currículos, metodologias, formas de avaliação e relações estabelecidas no ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a diversidade deixa de ser compreendida como problema e passa a constituir elemento enriquecedor do processo educativo. A convivência entre estudantes com diferentes características favorece o desenvolvimento de competências sociais, da empatia, da cooperação e do respeito às diferenças, contribuindo para a formação cidadã de toda a comunidade escolar.

Contudo, garantir o acesso à escola não significa assegurar aprendizagem. Diversas pesquisas demonstram que muitos estudantes público-alvo da Educação Especial permanecem matriculados, mas enfrentam dificuldades relacionadas à participação nas atividades, às adaptações curriculares insuficientes,



à ausência de recursos de acessibilidade e às barreiras atitudinais presentes nas instituições de ensino. Dessa forma, a efetivação da educação inclusiva exige ações que ultrapassem o cumprimento da legislação, promovendo transformações concretas nas práticas pedagógicas e na cultura escolar.

Entre os diversos fatores que influenciam a efetivação da educação inclusiva, a formação docente ocupa posição central. Embora as políticas públicas brasileiras tenham ampliado significativamente o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares, a preparação dos professores ainda constitui um dos maiores desafios para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Durante muitos anos, os cursos de licenciatura privilegiaram modelos de ensino voltados para turmas homogêneas, nos quais pouco se discutia sobre diversidade, acessibilidade, adaptações curriculares e processos de aprendizagem de estudantes com deficiência. Como consequência, inúmeros professores iniciam sua atuação profissional sem conhecimentos suficientes para lidar com as diferentes necessidades educacionais presentes na sala de aula.

Nesse contexto, Mantoan (2015) afirma que a formação docente não pode restringir-se ao domínio de técnicas específicas para cada deficiência. O professor necessita compreender a inclusão como princípio ético, político e pedagógico, desenvolvendo competências que lhe permitam planejar estratégias de ensino capazes de favorecer a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando seus diferentes ritmos, potencialidades e formas de participação.

Freire (1996) reforça essa compreensão ao afirmar que ensinar exige pesquisa, reflexão permanente sobre a prática e abertura para aprender continuamente. Dessa forma, o professor deixa de ocupar exclusivamente o papel de transmissor de conteúdos e assume a função de mediador da aprendizagem, construindo conhecimentos em diálogo com seus estudantes e reconhecendo que todos possuem potencial para aprender.

A formação continuada, nesse cenário, torna-se indispensável. As constantes transformações sociais, tecnológicas e educacionais exigem atualização permanente dos profissionais da educação, especialmente diante do surgimento de novas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento humano, às tecnologias assistivas e às metodologias inclusivas. Investir na formação continuada significa fortalecer a autonomia docente, ampliar a segurança pedagógica e favorecer práticas fundamentadas em evidências científicas.

Além da formação individual, destaca-se a importância dos espaços coletivos de aprendizagem profissional. Reuniões pedagógicas, grupos de estudo, comunidades de prática e planejamento colaborativo favorecem a troca de experiências entre professores, permitindo que desafios cotidianos sejam discutidos de forma coletiva e que soluções sejam construídas a partir da realidade de cada escola.



A qualidade da educação inclusiva depende diretamente das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. A simples presença do estudante na sala de aula comum não assegura sua participação efetiva nem sua aprendizagem. Torna-se necessário reorganizar o currículo, diversificar metodologias, flexibilizar formas de avaliação e oferecer recursos que possibilitem o acesso ao conhecimento por diferentes caminhos.

Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) apresenta-se como importante referência para o planejamento pedagógico inclusivo. Fundamentado nas pesquisas do Center for Applied Special Technology (CAST), o DUA propõe que o currículo seja elaborado desde sua concepção para contemplar a diversidade dos estudantes, reduzindo barreiras e ampliando oportunidades de aprendizagem.

Os princípios do DUA baseiam-se na oferta de múltiplas formas de representação das informações, múltiplas formas de ação e expressão do conhecimento e múltiplas formas de engajamento dos estudantes. Essa perspectiva rompe com modelos únicos de ensino e reconhece que diferentes alunos aprendem de maneiras distintas, tornando necessário diversificar estratégias pedagógicas.

Na prática escolar, isso significa utilizar recursos visuais, materiais concretos, tecnologias digitais, jogos pedagógicos, atividades colaborativas, adaptações curriculares e avaliações diversificadas, permitindo que cada estudante demonstre seus conhecimentos por diferentes meios. Essas estratégias beneficiam não apenas os estudantes com deficiência, mas toda a turma, favorecendo um ensino mais participativo e significativo.

Outro aspecto relevante consiste na avaliação da aprendizagem. Em uma perspectiva inclusiva, avaliar não significa apenas atribuir notas ou classificar estudantes, mas acompanhar continuamente o desenvolvimento das competências, identificar dificuldades e reorganizar o planejamento pedagógico sempre que necessário. A avaliação assume, portanto, caráter diagnóstico e formativo, contribuindo para que o processo de ensino seja constantemente aperfeiçoado.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um importante serviço de apoio à inclusão escolar. Conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sua finalidade consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes.

Entretanto, é importante destacar que o AEE não substitui o ensino desenvolvido na sala de aula comum. Seu papel é complementar ou suplementar a escolarização, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam a autonomia e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A efetividade desse atendimento depende, sobretudo, da articulação entre o professor do AEE e o professor da classe comum. O planejamento colaborativo possibilita compartilhar informações sobre o desenvolvimento do estudante, definir objetivos comuns, construir adaptações curriculares e acompanhar continuamente os resultados obtidos.



Diversos estudos apontam que escolas nas quais existe diálogo permanente entre os profissionais apresentam melhores resultados em relação à inclusão. O trabalho colaborativo reduz o isolamento docente, fortalece a segurança profissional e amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, beneficiando toda a comunidade escolar.

Apesar dos avanços legislativos e das transformações ocorridas nas últimas décadas, a educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. Entre as principais dificuldades identificadas na literatura destacam-se a insuficiência de investimentos públicos, a formação docente fragmentada, a falta de acessibilidade arquitetônica, a escassez de materiais pedagógicos adaptados, o número elevado de estudantes por turma e a limitada oferta de tecnologias assistivas.

Além dessas barreiras estruturais, persistem barreiras atitudinais, frequentemente mais difíceis de serem superadas. Preconceitos, estigmas e expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes com deficiência ainda influenciam práticas pedagógicas e relações interpessoais dentro das escolas.

Sassaki (2021) destaca que uma sociedade inclusiva exige transformação cultural. A eliminação das barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais depende do compromisso coletivo com os princípios da equidade, da participação e do respeito à diversidade humana.

Dessa forma, a consolidação da educação inclusiva requer investimentos permanentes em políticas públicas, valorização dos profissionais da educação, fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, participação ativa das famílias e desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na colaboração, na acessibilidade e na garantia do direito de aprender. Mais do que cumprir determinações legais, trata-se de construir uma escola que reconheça cada estudante como sujeito de direitos, respeite suas singularidades e ofereça oportunidades reais para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

#### **4 CONCLUSÃO**

A educação inclusiva constitui um dos maiores avanços das políticas educacionais contemporâneas ao reconhecer que o direito à educação deve ser garantido a todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais. Entretanto, a efetivação desse direito exige muito mais do que o acesso à escola regular; requer a construção de ambientes educacionais capazes de assegurar participação, aprendizagem e desenvolvimento integral para todos.

A análise da literatura evidenciou que o Brasil possui um conjunto significativo de dispositivos legais que sustentam a educação inclusiva, resultado de importantes avanços conquistados nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão e a Base Nacional Comum Curricular consolidam o compromisso do Estado brasileiro com uma educação pautada nos princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade.



Apesar desse importante arcabouço legal, os estudos analisados demonstram que persistem inúmeros desafios para a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas. Entre eles destacam-se a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores, a permanência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, a escassez de recursos didáticos acessíveis, as dificuldades na articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o ensino comum e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas destinadas à educação inclusiva.

Outro aspecto amplamente evidenciado refere-se ao papel estratégico da formação docente. A atuação do professor constitui elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, sendo indispensável que os processos formativos contemplem conhecimentos relacionados ao desenvolvimento humano, às metodologias ativas, às tecnologias assistivas, ao Desenho Universal para a Aprendizagem e às adaptações curriculares. A formação permanente favorece o desenvolvimento de competências profissionais capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula contemporâneas.

As discussões também demonstraram que a inclusão escolar não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor da Educação Especial ou do Atendimento Educacional Especializado. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve gestores, professores, profissionais de apoio, famílias, estudantes e toda a comunidade escolar. O trabalho colaborativo fortalece o planejamento pedagógico, amplia as possibilidades de intervenção e favorece a construção de ambientes escolares mais democráticos, participativos e acolhedores.

Nesse contexto, observa-se que práticas pedagógicas fundamentadas na flexibilização curricular, no uso de metodologias diversificadas, na avaliação formativa e no Desenho Universal para a Aprendizagem contribuem significativamente para ampliar o acesso ao conhecimento e reduzir barreiras à aprendizagem. Tais estratégias beneficiam não apenas os estudantes público-alvo da Educação Especial, mas toda a comunidade escolar, reafirmando que uma escola inclusiva é também uma escola de melhor qualidade para todos.

Conclui-se, portanto, que a consolidação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas consistentes, investimentos em formação docente, fortalecimento dos serviços de apoio, reorganização curricular e transformação da cultura escolar. Mais do que cumprir determinações legais, promover inclusão significa reconhecer a diversidade como valor social e educativo, assegurando que cada estudante tenha oportunidades reais de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões acerca da educação inclusiva e incentive novas pesquisas voltadas à construção de práticas pedagógicas inovadoras, colaborativas e comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 10. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Defectologia**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.